

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Egito¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Com mais de 91 milhões de habitantes, o Egito é o país mais populoso na região do Oriente Médio e Norte da África. Dois quintos de sua população é composta por crianças de 0 a 18 anos, dos quais 12 milhões são menores de 5 anos. Nos últimos anos, o país experimentou um rápido crescimento populacional, graças ao aumento das taxas de fertilidade. Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio, o Egito ocupa o 111º lugar no ranking de 188 países. A situação de segurança alimentar vem se degradando entre as famílias, em parte em razão do aumento da inflação no país. O desemprego entre jovens permanece alto — 32 por cento, comparado a 17 por cento entre o restante da população —, e afeta mulheres de maneira particular: 38 por cento, segundo estimativa de 2015.

A pobreza infantil aumentou no Egito. Enquanto 21 por cento das crianças vivia em pobreza extrema em 2000, essa proporção aumentou para 28,8 por cento em 2013, o que indica que a cada 5 pessoas pobres no país, 2 são crianças. A despeito dos esforços do governo, a pobreza multidimensional entre crianças também é alarmante. Em 2008, aproximadamente, 5 milhões de crianças (18 por cento) viviam desprovidas de acesso a moradia apropriada, e 1,6 milhões de crianças com menos de 5 anos sofria com privações nas áreas de saúde e alimentação.

O Egito apresenta uma das menores proporções de gasto em saúde pública com relação ao total de gastos em saúde, comparativamente na região (21 por cento). O alto desembolso das famílias em gastos privados de saúde leva 7 por cento da população à pobreza a cada ano. O gasto do governo com educação é equivalente a 3,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e a 10,5 por cento do total de gastos do governo, conforme estimativa de 2008. Enquanto a escolarização no nível primário é quase universal (98 por cento), o nível secundário é consideravelmente mais baixo (81 por cento). A paridade de gênero nas inscrições de nível primário e secundário é avançada. Contudo, meninas na região do Alto Egito ainda estão abaixo da média nacional. Finalmente, 7 por cento das crianças com idade de 5 a 17 anos estavam envolvidas com atividades de trabalho infantil, segundo dados de 2014.

Recentemente, o Governo do Egito implementou uma série de reformas, incluindo a fiscal que atingiu, por exemplo, os impostos sobre consumo, e a introdução do câmbio flutuante, além de mudanças para a migração de um sistema de subsídios universais para transferências de renda focalizadas. Em 2008, os programas de assistência social atingiram 45 por cento da população, beneficiando 55 por cento do quintil mais pobre e 30 por cento do quintil mais rico. O Ministério de Solidariedade Social (MoSS) é a principal instituição promotora de programas de assistência social no país.

Takaful e *Karama* são os programas nacionais mais recentes do país. Destinado a famílias pobres com crianças, o *Takaful* promove transferências de renda mensais condicionadas à matrícula e à frequência para crianças em idade escolar e exige que a família realize visitas regulares aos centros de saúde para crianças menores de 5 anos. Já o *Karama*, não condicionado, provê transferências para idosos, pessoas com deficiência e, mais recentemente, órfãos. A elegibilidade para os programas é fundamentada em um sistema de focalização que considera diversos métodos de seleção, como o de priorização geográfica, o categórico e uma medida por variável indireta das condições de vida (*proxy means test*). O programa foi planejado para substituir, gradualmente, o *Social Solidarity Pension*, implementado desde os anos de 1980, e está diretamente associado ao sistema de reformas à política de subsídios. Em dezembro de 2016, *Takaful* e *Karama* juntos atingiam 5,5 milhões de beneficiários (5.337.600 e 82.246, respectivamente). Estimou-se o orçamento dos programas em EGP 1,7 bilhões, segundo dados de 2015-2016.



O *Social Fund for Development* (SFD), estabelecido em 1991, foi agregado, em abril de 2017, ao Conselho de Treinamento Industrial (ICT) para criação da Autoridade de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas. O objetivo original do programa era promover a geração de emprego e melhorar o acesso a serviços essenciais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoia o SFD por meio de projetos de fortalecimento de capacidades e auxiliou a criação de um programa de obras públicas que, em 2015, propiciou 307.679 dias de trabalho na promoção de projetos de infraestrutura comunitária e serviços públicos.

Também em 2015, foi criado o *Social Pension Health Care Programme*, que objetiva contribuir para a promoção de saúde universal no país. O seguro-saúde foi planejado para atingir de 20 a 25 por cento da população mais pobre nos primeiros 18 meses de implementação. Contudo, ainda não existem avaliações disponíveis desse programa. Outros programas na área de assistência incluem o programa de alimentação escolar (*School Feeding Programme*), que alcançou 12,5 milhões de crianças em 2016, e o *Social Housing Fund*, desenvolvido com o apoio do Banco Mundial e cujo planejamento é promover habitação para, aproximadamente, 830.000 famílias até 2020.

Apesar dos recentes esforços do governo, os subsídios para alimentos e energia são ainda uma parte significativa do sistema de proteção social egípcio e, no período de 2015 a 2016, representavam o dispêndio de 3 e 1,5 por cento do PIB, respectivamente. Em 2015, aproximadamente, 88,6 por cento das famílias recebiam subsídios alimentares por meio de um sistema de cartões alimentícios. O critério de elegibilidade para esse programa, no entanto, foi enrijecido desde 2017, quando o benefício passou a priorizar famílias abaixo de um determinado nível de renda e limitou o número máximo de beneficiários por família a 4 pessoas. Esses novos critérios, contudo, são válidos apenas para novos membros e não se aplicam aos usuários já registrados.

O crescimento populacional do Egito é, sem dúvidas, um dos desafios postos ao governo para que os serviços básicos, como saúde e educação, sejam promovidos a população e a crianças, de maneira particular. Políticas de transferência de renda bem desenhadas são relevantes, não apenas em momentos de instabilidade econômica, mas também em períodos de reformas estruturais — como as que tangem a políticas de subsídios, por exemplo. Caso não sejam bem planejadas, tais reformas podem contribuir para o aumento dos índices de pobreza infantil, visto o aumento do nível de gastos das famílias, em especial para as mais pobres. Dessa forma, os esforços do governo para a expansão do sistema de proteção social são de suma relevância, a exemplo do trabalho feito com os programas *Takaful* e *Karama*.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.